

**PARECER DO AUDITOR EXTERNO**

À Assembleia Municipal de Alvaiázere

Ao Órgão Executivo,

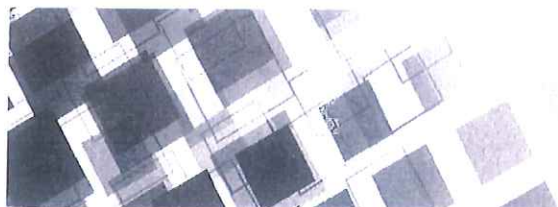
Exmos. Senhores,

1. Nos termos do n.º3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Lei das Finanças Locais, examinámos as demonstrações financeiras do Município de Alvaiázere (doravante "Município"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 52.221.149 euros, e um total de fundos próprios de 34.939.677 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.816.188 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 8.333.891 euros de despesa paga e um total de 7.536.293 euros de receita cobrada líquida, acrescidos de 2.958.591 euros de saldo orçamental da gerência anterior) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

**2. TRABALHOS EFETUADOS**

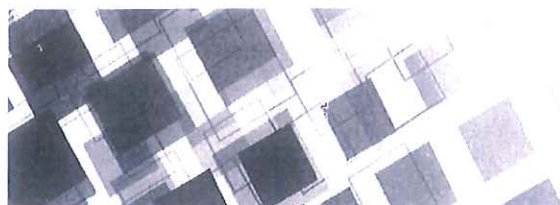
De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- 2.1. Acompanhámos a atividade do Município, através de reuniões com os responsáveis dos serviços, leitura de Atas e outros documentos relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerei necessários;
- 2.2. Nos termos do n.º3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, remetemos à Assembleia Municipal, no dia 14 de setembro de 2018, o relatório de fiscalização sobre a situação económica e financeira do Município, à data de 30/06/2018;
- 2.3. Efetuámos as verificações e os exames aos registos que me permitiram concluir que as políticas e critérios contabilísticos adotados se encontram em conformidade com as disposições em vigor e devidamente divulgadas no Anexo;
- 2.4. Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa e respetivos Anexos, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e os registos que lhes servem de suporte;
- 2.5. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras referidas no ponto 1;
- 2.6. Em cumprimento da minha missão efetuámos os seguintes testes:
  - 2.6.1. Análise das reconciliações bancárias preparadas pelo Município, cujo resumo apresentamos no ponto 3.13;



- 2.6.2. Confirmação direta de saldos, junto das Instituições Financeiras, Clientes, Fornecedores, Advogado e Outros Devedores e Credores, de responsabilidades e garantias prestadas e obtidas, litígios e ações judiciais em curso;
- 2.6.3. Análise e teste à valorimetria de existências;
- 2.6.4. Verificação por amostragem da contabilização dos movimentos registados em imobilizado e análise do processo de cálculo das amortizações do exercício;
- 2.6.5. Análise dos movimentos de transferência dos valores de imobilizado em curso para a rubrica de imobilizado corpóreo;
- 2.6.6. Avaliação da adequação da valorização das participações financeiras;
- 2.6.7. Análise do movimento registado nas contas de Fundos Próprios;
- 2.6.8. Validação dos saldos de empréstimos de financiamento;
- 2.6.9. Análise e teste de vários elementos dos custos e proveitos, perdas e ganhos registados no exercício;
- 2.6.10. Verificação das deliberações relacionadas com a atribuição de subsídios correntes e transferências de capital;
- 2.6.11. Validação do valor recebido pelo Município através dos fundos aprovados na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro – Orçamento do Estado para 2018;
- 2.6.12. Verificação das transferências relacionadas com os impostos diretos (receitas do Município);
- 2.6.13. Verificação da situação fiscal;
- 2.6.14. Análise dos acontecimentos subsequentes à data de referência do exercício;
- 2.6.15. Análise dos Mapas de Execução Orçamental, nomeadamente da Receita e da Despesa, relativamente às quantias realizadas.
- 2.7. Verificação do cumprimento das normas emitidas pelo Tribunal de Contas, Direção Geral das Autarquias Locais e Direção Geral do Orçamento e demais entidades competentes, relativamente à prestação de informação anual, quer quanto à sua integralidade quer quanto às datas estabelecidas;
- 2.8. Verificação do apuramento da dívida e respetivo limite para o ano de 2018.





### 3. CONCLUSÕES

3.1. O Município, relativamente às rubricas de balanço e demonstração de resultados bem como aos métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões, tal como referido na nota 8.2.3 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados (doravante, ABDR), adota os seguintes critérios valorimétricos:

3.1.1. O imobilizado corpóreo e incorpóreo é valorizado ao custo de aquisição e/ou de produção;

3.1.2. As existências são valorizadas ao custo de aquisição;

3.1.3. Os investimentos financeiros são valorizados ao custo de aquisição;

3.1.4. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, nos termos da portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril (CIBE);

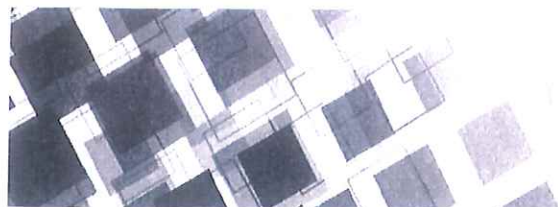
3.2. A aplicação dos princípios contabilísticos fundamentais deve conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da entidade. Com esse objetivo o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, estabelece no seu ponto 3.2 "Princípios Contabilísticos" como fundamental o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. De acordo com este princípio os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam. De acordo com as análises efetuadas pudemos concluir que o Município adota procedimentos que, com um nível de segurança que consideramos suficientes, respeitam o princípio enunciado na apresentação das suas Demonstrações Financeiras;

Ao nível do balanço as rubricas que evidenciam, de forma direta, a aplicação do princípio da especialização dos exercícios são as seguintes:

Ativo			Passivo		
	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Acréscimos de proveitos	1.084.542	1.200.824	Acréscimos de custos	266.155	266.277
Custos diferidos	32.964	37.292	Proveitos diferidos	14.764.403	15.477.964
	1.117.506	1.238.116		15.030.558	15.744.241

Todos os valores evidenciados no quadro acima estão devidamente divulgados e explicados na nota 8.2.33 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Constatámos a preocupação ao nível do registo por parte dos serviços de contabilidade em cumprir com o definido no POCAL relativamente ao reconhecimento de custos e proveitos no período a que respeitam.



Os pontos seguintes refletem algumas situações verificadas no decorrer da auditoria realizada, contudo sem efeito material nas contas apresentadas, ou meras informações que julgamos importantes no âmbito da prestação de contas do Município:

3.3. Ao nível do registo de algumas rubricas no imobilizado de destacar o seguinte:

3.3.1. Durante o ano de 2018 foram transferidos das rubricas de *imobilizações em curso* cerca de 3,9 M€, dos quais 1,9 M€ referentes a *bens de domínio público* e 2,0 M€ de *imobilizações corpóreas*.

As transferências efetuadas tiveram como contrapartida o aumento de algumas rubricas de *imobilizado firme*, tendo daí também resultado um conjunto de acertos relativamente à correção de registos contabilísticos indevidamente efetuados em exercícios anteriores. Esses acertos tiveram um impacto positivo na rubrica de *Património* no montante de 524.538 euros, e um impacto negativo nos resultados do exercício em cerca de 694.000 euros, em resultado de 822.000 euros registados na rubrica de *custos extraordinários* e cerca 128.000 euros registados na rubrica de *proveitos extraordinários*.

3.3.2. De referir o bom trabalho realizado pelos serviços de contabilidade nesta área, na medida em que do período de 2013 a 2018 foram já transferidos das rubricas de *imobilizações em curso* 34,8 M€.

Em 2012 as *imobilizações em curso* registadas no balanço ascendiam a 25,2 M€, valor que representava 39,2% do valor do balanço do Município.

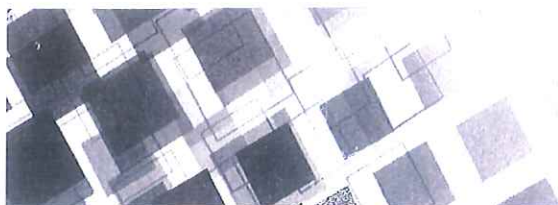
Em 2018 esse valor era de 1,9 M€, representando 3,7% do valor do balanço.

3.3.3. Ainda relativamente a esta situação, em resultado do trabalho realizado, pela primeira vez desde a implementação da contabilidade patrimonial no Município, conseguiu-se identificar na totalidade o saldo de 1,1 M€ da rubrica de *imobilizações corpóreas em curso* registado no balanço a 31/12/2018, o qual é representado por um conjunto de saldos de empreitadas efetivamente em curso e devidamente identificadas;

3.3.4. Relativamente ao saldo de 834.790 euros registado no balanço a 31/12/2018 na rubrica de *imobilizações em curso – bens de domínio público*, ainda não é possível identificar quais as empreitadas que justificam o saldo e se existem valores que deveriam ser desconhecidos do ativo;

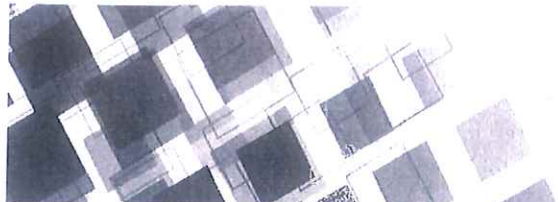
Foi também determinante para a regularização de um conjunto de saldos o despacho de 30/11/2015 da Sra. Presidente da Câmara no sentido de que os montantes registados em *imobilizações em curso* deveriam ser transferidos para a respetiva conta de imobilizado "firme", com o auto de receção provisória, por ser esta a data em que o bem fica disponível para utilização.





- 3.4. Conforme divulgado na nota 8.2.16 do ABDR, no ano de 2015 em resultado da redução do capital social da Sicó Formação – Sociedade de Ensino Profissional, S.A, foram registados na rubrica de *prestações acessórias* 143.000€, os quais já foram totalmente reembolsados ao Município, tendo sido paga em 2018 a última tranche no montante de 29.500€;
- 3.5. O Município detinha uma participação financeira na sociedade WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, S.A, registada na contabilidade por 2.500€. Em Assembleia geral extraordinária da WRC, de 6 de julho de 2018, foi aprovada pelos sócios a dissolução da sociedade. Em assembleia geral do dia 11/01/2019 foram apresentadas pela comissão liquidatária as contas referentes à liquidação da sociedade, ficando a partir dessa data a mesma dissolvida e liquidada. Em 23/01/2019 foi registada na Conservatória do registo comercial o encerramento da liquidação. Como resultado dessa situação foi reconhecida uma provisão para *investimentos financeiros* no exercício de 2018 no montante de 2.500€, e divulgada no ponto 8.2.16 do ABDR;
- 3.6. Estão registados no Balanço/Ativo na rubrica de Investimentos Financeiros - " Obrigações e títulos de participação" 248.598 euros referentes à participação do Município no capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM).  
A realização deste montante será efetuada em 6 anos, do período de 2015 a 2020. No final do ano de 2018 o Município tinha já realizado o montante de 207.165 euros, estando em dívida o montante de 41.433 euros, o qual se encontra devidamente registado no Balanço/Passivo.  
Decorrente de uma norma da Lei 114/2017 (LOE2018), a participação do Município no FAM foi reduzida em 138.108 euros, face ao valor previsto inicialmente, 386.706 euros.
- 3.7. Conforme divulgado na nota 8.2.26 do ABDR estão registadas "fora do balanço" 964.573 euros de garantias e cauções emitidas a favor do Município, prestadas por fornecedores, de imobilizado e gerais, como garantia para o bom cumprimento das empreitadas/fornecimentos;
- 3.8. Verificámos por consulta à Central de Responsabilidades do Banco de Portugal, e através de confirmações externas às várias instituições financeiras e junto da Direção do Tesouro e Finanças (PAEL) os montantes em dívida relativamente aos **financiamentos obtidos** à data de 31/12/2018, os quais eram na sua totalidade coincidentes, conforme quadro seguinte:

(€)



(€)

Conta Razão	Descrição	Saldo a	Amortizações	Saldo a
		01/01/2018	2018	31/12/2018
2312108000300	Caix a Geral de Depósitos SA	164.502	21.934	142.568
2312112003375	Novo Banco	71.070	71.070	0
2312111000300	Caix a Geral de Depósitos SA	9.753	9.753	0
2312117	Terrenos Requalificação-CGD	66.250	7.361	58.889
2312118	Terrenos para Requalificaç - CGD	397.796	44.200	353.596
2312119	Req. Urbana -José Augusto M.Rangel	676.760	53.766	622.994
2312120	Saneamento CA	631.587	50.273	581.314
2312121	PAEL	1.116.916	1.116.916	0
251230201	Habitação Social 8 Fogos	132.573	7.522	125.051
		<b>3.267.206</b>	<b>1.382.794</b>	<b>1.884.412</b>

Durante o ano de 2018 foram efetuadas amortizações capital no montante de 1,3 M€, das quais 1,2 M€ revestiram um carácter extraordinário na medida em foram amortizados antecipadamente 4 empréstimos, três junto do Novo Banco e o empréstimo referente ao PAEL.

3.9. Conforme divulgado no ABDR na nota 8.2.3 e no ponto 8.3 do Relatório de Gestão, o valor registado no balanço na rubrica de "*Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo – Dívidas a instituições de crédito*" no montante de 1,9 M€ deveria estar desagregado atendendo à sua exigibilidade entre o passivo de médio longo prazo e o passivo de curto prazo. Assim daquele montante, 187.650€ deveriam ser reconhecidos, no balanço, em empréstimos de curto prazo uma vez que serão pagos no decurso do ano de 2019;

3.10. O valor de existências (matérias-primas subsidiárias e de consumo) registado no balanço à data de 31/12/2018 era de 107.241 euros. Assistimos às contagens físicas das existências em armazém, registando-se pequenas divergências ao nível de alguns artigos.

Relativamente à valorização das existências em armazém verifica-se uma diferença de 479 euros entre o valor registado no balanço (107.241 euros) e o valor registado no inventário do Município retirado da aplicação de gestão de stocks (106.762 euros). Foi reportada a situação à *software house* com vista à resolução da divergência;

No dia 19/01/2019 foi assinado pela Sra. Presidente da Câmara o Despacho n.º 406, com assunto: "*Instruções de serviço – Despesa, gestão de stocks, materiais e equipamentos*", documento que prescreve um conjunto de regras e procedimentos com objetivo de aumentar o controlo interno ao nível dos inventários, situação que consideramos bastante positiva e necessária;





3.11. Conforme divulgado no ponto 2.6 do Relatório de Gestão existia no final do ano um processo judicial peticionado contra o Município.

Confirmámos junto do gabinete jurídico que assessoria o Município a existência de eventuais processos judiciais e o seu grau de maturidade, assim como eventuais responsabilidades a assumir pelo Município, tendo a resposta obtida sido concordante com a informação que consta no Relatório de Gestão.

No entendimento do Órgão executivo, atendendo à reduzida probabilidade estimada de condenação, não foi registada qualquer provisão para processos judiciais em curso;

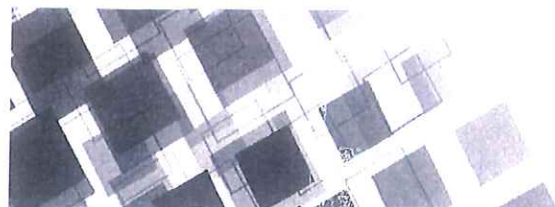
3.12. Efetuámos confirmações externas de saldos junto de 39 fornecedores que representavam 95% do saldo em dívida dos fornecedores registados no balanço, tendo sido obtidas 27 respostas, cujos saldos eram na sua larga maioria coincidentes com os valores apresentados no balanço. Foram efetuadas reconciliações de saldos nas situações divergentes e procedimentos alternativos de validação de saldos nos casos dos fornecedores que não responderam, nomeadamente através da consulta no portal *e-fatura*, se nesses casos as faturas emitidas durante o ano de 2018 estavam registadas na contabilidade do Município. Os resultados foram bastante satisfatórios.

3.13. Verificámos à data 31/12/2018 as conciliações de todas as contas bancárias do Município, cujo resumo apresentamos no quadro seguinte:

Conta do Razão	Conta Bancária N.º	Banco	Saldo em Banco	Itens de Reconciliação				
				Contabilidade		Banco		Saldo pelo Razão
				Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	
120101	007800001803059	CGD	987.320 €	13.947 €	18.048 €	179.534 €	191 €	803.876 €
120103	007800545663047	CGD	22.526 €	- €	30 €	- €	240 €	22.735 €
120201	003300000000662561418	BCP	303.560 €	- €	2.108 €	- €	- €	301.452 €
120202	003300004528606640905	BCP	- €	- €	- €	- €	- €	- €
120301	004533314009521691226	CA	893.339 €	- €	4.569 €	1.103 €	- €	887.666 €
120401	007900000378005310126	BIC	201.917 €	- €	12.899 €	- €	- €	189.018 €
TOTAIS			2.408.661 €	13.947 €	37.655 €	180.638 €	431 €	2.204.748 €

Após análise das reconciliações bancárias, as quais se encontravam devidamente elaboradas, destacam-se as seguintes situações:

- **Entradas na contabilidade não registadas no banco** – 13.947 euros – referente a uma transferência do ICNF, considerada contabilisticamente recebida em 2018 mas que apenas deu entrada na conta D.O em 02 de janeiro de 2019;
- **Saídas da contabilidade não registadas nas contas bancárias** – no final do ano estavam efetuados pagamentos no montante de 37.655 euros os quais ainda não tinham sido debitados nas respetivas contas bancárias. Deste montante 33.101 euros foram emitidos no mês de dezembro de 2018 e 4.554 euros referente um cheque emitido em 23/10/2018.
- **Entradas no Banco não registadas na contabilidade** – 180.638 euros – dos quais 179.130 euros referentes a uma transferência bancária efetuada no dia 24/12 pela DGAL (Cooperação



Técnica e Financeira – programa BEM) que o Município só deu entrada em 11 de janeiro de 2019.

### 3.14. Mapa de Execução Orçamental – Receita

(€)						
Class	Designação	Previsões	Receita Cobrada	Execução	Execução	Variação (%)
				31/12/2018	31/12/2017	
01	Impostos directos	965.447	920.699	95,4%	102,6%	-7,2%
02	Impostos indirectos	38.040	29.263	76,9%	184,7%	-107,8%
04	Taxas, multas e outras penalidades	92.308	95.407	103,4%	163,9%	-60,5%
05	Rendimentos da propriedade	737.308	748.544	101,5%	84,7%	16,8%
06	Transferências correntes	4.512.644	4.470.519	99,1%	101,1%	-2,0%
07	Vendas de bens e serviços correntes	737.286	758.075	102,8%	138,9%	-36,1%
08	Outras receitas correntes	61.740	27.768	45,0%	33,4%	11,6%
09	Venda de bens de investimento	1.228.437	0	0,0%	3,7%	-3,7%
10	Transferências de capital	506.371	469.639	92,7%	189,3%	-96,6%
11	Ativos financeiros	50	0	0,0%	0,0%	0,0%
12	Passivos Financeiros	40	0	0,0%	0,0%	0,0%
13	Outras receitas de capital	20	0	0,0%	0,0%	0,0%
15	Reposições não abatidas pgto	32.478	16.379	50,4%	689,9%	-639,5%
16	Saldo orçamental	2.958.591	2.958.591	100,0%	100,0%	0,0%
Total Receitas Correntes		7.144.773	7.050.274	98,7%	102,5%	-3,8%
Total de Receitas de Capital		1.734.918	469.639	27,1%	84,4%	-57,3%
Total Geral		11.870.760	10.494.884	88,4%	99,1%	-10,7%

O montante de receita cobrada líquida do Município, no exercício de 2018, de acordo com o "Mapa de Controlo Orçamental – Receita" foi de 7,5 M€ (8,8 M€ em 2017), acrescidos do saldo orçamental da gerência anterior no montante de 2,9 M€ traduzindo-se num grau de execução orçamental de 88,4%, (99,1% em 2017).

Relativamente ao grau de execução orçamental, nomeadamente da receita, chamamos a atenção para o artigo 56.º n.º3 da Lei 73/2013, de 3 de setembro, que refere "no caso do município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85% são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e autarquias locais, bem como os presidentes do órgão executivo e deliberativo do município em causa..."

3.14.1. Ao nível da receita verifica-se uma diferença de 1.641 euros entre o valor evidenciado no mapa de controlo orçamental da receita na rubrica de "receita por cobrar no final do ano" (138.897 euros) e o valor registado no balanço na rubrica de "Dívidas de terceiros de curto prazo (137.256 euros), conforme quadro seguinte:



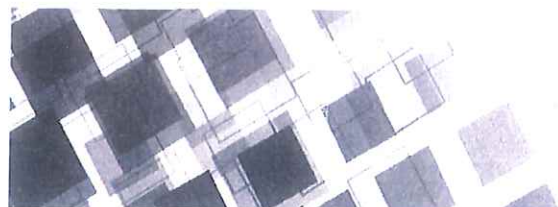


Mapa Controlo Orçamental Receita			Balço	
Classif.	Descrição	Receita p/ cobrar a 31/12/2018	Rubrica	Saldo a 31/12/2018
<b>Económica</b>				
02	Impostos indiretos	5.154	Cientes c/c	59.866
04	Taxas multas e outras penalidades	6.409		
05	Rendimentos de propriedade	4.947	Contribuintes c/c	8.075
07	Vendas de bens e serviços correntes	122.010		
08	Outras receitas correntes	376	Cientes, cob.	69.315
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	0	Duvidosa	
			Outros devedores	0
		<b>138.897</b>		<b>137.256</b>

### 3.15. Mapa de Execução Orçamental – Despesa

(€)						
Classif.	Designação	Dotação para o ano	Despesa paga	Execução	Execução	Varição
				31/12/2018	31/12/2017	(%)
01	Despesas com o pessoal	1.834.422	1.566.424	85,4%	87,9%	-2,5%
02	Aquisição de bens e serviços	2.779.418	2.139.090	77,0%	81,1%	-4,1%
03	Juros e outros encargos	36.860	29.994	81,4%	80,4%	1,0%
04	Transferências correntes	612.963	497.651	81,2%	90,1%	-8,9%
06	Outras despesas correntes	213.562	121.868	57,1%	66,2%	-9,1%
07	Aquisição de bens de capital	3.350.659	1.428.990	42,6%	41,0%	1,6%
08	Transferências de capital	984.275	826.052	83,9%	58,4%	25,5%
09	Ativos financeiros	55.244	41.433	75,0%	99,9%	-24,9%
10	Passivos financeiros	1.384.450	1.382.794	99,9%	99,8%	0,1%
11	Outras despesas de capital	618.907	299.595	48,4%	43,7%	4,7%
<b>Total Despesas Correntes</b>		<b>5.477.225</b>	<b>4.355.027</b>	<b>79,5%</b>	<b>83,5%</b>	<b>-4,0%</b>
<b>Total Despesas de Capital</b>		<b>6.393.535</b>	<b>3.978.864</b>	<b>62,2%</b>	<b>50,2%</b>	<b>12,0%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>11.870.760</b>	<b>8.333.891</b>	<b>70,2%</b>	<b>68,2%</b>	<b>2,0%</b>

No exercício de 2018 o grau de execução orçamental da despesa foi de 70,2% (68,2% em 2017), de acordo com o "Mapa de Controlo Orçamental – Despesa", a que corresponde um montante de despesa paga de 8,3 M€ (6,5 M€ em 2017).



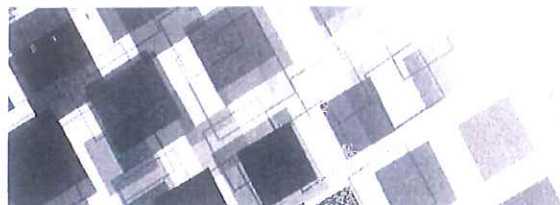
### 3.16. Execução Anual das Grandes Opções do Plano – GOP

Programa	Designação	Montante Previsto	Montante executado (€)	Execução 31-12-2018
01	<i>Administração Autárquica</i>	3.379.577	2.516.984	74,5%
01 001	Protocolos/Transferências	1.130.992	924.572	81,7%
01 002	Diversos	420.432	152.973	36,4%
01 003	Gabinete de Apoio à Presidência	500	0	0,0%
01 004	Gabinete Apoio Vereadores	500	206	41,2%
01 005	Gabinete de Contratação Pública, Assessoria	60.000	47.212	78,7%
01 006	Gabinete de Planeamento Estratégico	401.905	368.182	91,6%
01 007	Autoridade Médico-Veterinária Municipal	12.550	8.965	71,4%
01 008	GDSC - Educação	491.343	377.446	76,8%
01 009	GDSC - Cultura	33.910	26.861	79,2%
01 010	GDSC - Biblioteca Municipal	90.405	6.043	6,7%
01 011	GDSC - Museu Municipal	27.000	4.075	15,1%
01 012	GDSC - Desporto	236.130	215.108	91,1%
01 013	GDSC - Juventude	4.500	1.480	32,9%
01 014	GDSC - Associativismo	338.040	310.390	91,8%
01 015	GDSC - Turismo	51.025	20.542	40,3%
01 016	GDSC - Ação Social e Saúde	79.845	52.930	66,3%
01 017	GDSC - Higiene Limpeza e Apoio	500	0	0,0%
02	<i>UOAF, GPEC e GDSC</i>	303.655	152.918	50,4%
02 001	Tecnologias da Informação	90.005	68.747	76,4%
02 002	UOAF - Diversos	213.650	84.171	39,4%
03	<i>Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urb.</i>	3.447.184	1.415.133	41,1%
03 001	Planeamento e Ordenamento do Território	421.250	203.001	48,2%
03 002	Ambiente, Serviços Urbanos e Qualidade	151.025	67.180	44,5%
03 003	Ambiente, Serviços Urbanos e Qualidade	13.600	5.039	37,1%
03 004	Ambiente, Serviços Urbanos e Qualidade	83.000	33.061	39,8%
03 005	Ambiente, Serviços Urbanos e Qualidade	123.050	93.138	75,7%
03 006	Serviços de Gestão Urbanística - Urbanismo	2.296.669	820.181	35,7%
03 007	Serviços de Gestão Urbanística - Armazém e	308.500	184.948	60,0%
03 008	UOOMU - Diversos	50.090	8.586	17,1%
	<b>Total</b>	<b>7.130.416</b>	<b>4.085.035</b>	<b>57,3%</b>

O grau de execução das GOP no exercício de 2018 foi de 57,3% (56,0% em 2017) correspondendo a um montante executado de 4,1 M€ (3,3 M€ em 2017).

Foi ao nível da *Unidade Administração Autárquica* que se verificou, em termos absolutos, a maior execução 2,5 M€, que representa 61,6% do total executado em 2018 (2.516/4.085).





*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

### 3.17. Limites da dívida e Endividamento Municipal

Com a entrada em vigor a 01/01/2014 da nova lei das finanças Locais, Lei 73/2013 de 3 de setembro, foi completamente revista a forma de determinação do endividamento líquido dos municípios. Esta alteração veio limitar alguns procedimentos de engenharia contabilística utilizados até então de forma a manipular e maquilhar a verdadeira situação financeira de alguns municípios. Com a alteração das regras de cálculo o endividamento é apurado apenas com base no passivo de cada município e não por diferença entre o passivo e algumas rubricas do ativo como acontecia pelas regras da Lei 2/2007 de 15 de janeiro.

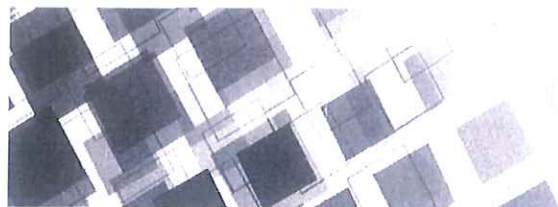
Basicamente e de acordo com o artigo 52.º da Lei 73/2013, o limite da dívida total, correspondente ao produto resultante da aplicação do coeficiente de 1,5 pela média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores. A dívida total do município, de operações orçamentais, não deve ultrapassar o limite da dívida.

Com base na nova fórmula de cálculo o limite da dívida para o Município de Alvaiázere para 2018 é de **10,3 M€**, sendo a dívida total a considerar a 31/12/2018 de **2,2 M€**, conforme cálculos abaixo:

#### Endividamento Municipal 2018

		Receita corrente líquida cobrada
	2015	6.708.609 €
	2016	6.942.874 €
	2017	6.995.406 €
		<b>20.646.889 €</b>
Média		<b>6.882.296 €</b>
Limite 2018 (1)		<b>10.323.445 €</b>
<b>Apuramento da dívida a 31/12/2018</b>		
Dívidas a Instituições de Crédito -MLP		1.884.412 €
Fornecedores c/c		233.228 €
Fornecedores em Conferencia		9.773 €
Fornecedores imobilizado		36.327 €
EOEP		38.755 €
Outros credores		48.418 €
Contribuição do SM, AM e SEL		13.156 €
Total da dívida a terceiros (inclui não orçamentais)		<b>2.264.069 €</b>
Dívidas não orçamentais	-	64.764 €
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	-	41.433 €
Operações Tesouraria	-	23.331 €
Dívida a considerar em 31/12/2018 (2)		<b>2.199.306 €</b>
Margem absoluta (1-2)		<b>8.124.139 €</b>
Margem utilizável - art. 52.º n.º3 b) LFL		<b>1.624.828 €</b>

*[Handwritten signature in blue ink]*



Face ao endividamento do Município a 31/12/2018 no montante de 2,2 M€ e atendendo ao seu limite legal para o ano de 2018, 10,3 M€, verifica-se a 31/12/2018 uma **margem** no montante de **8,1 M€**, correspondendo a 78,7% do limite legal para 2018.

No entanto, nos termos do Artigo 52.º n.º 3 alínea c) da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a margem de endividamento utilizável é de 1,6 M€, correspondendo este valor ao aumento de endividamento máximo que poderá ocorrer no exercício de 2019.

Conforme divulgado no ponto 8.4 do Relatório de Gestão à data do encerramento das contas do exercício de 2018, não tinham sido comunicados ao Município na sua totalidade os montantes referentes às contribuições das entidades do setor empresarial local, os quais poderiam influenciar a dívida do Município a 31/12/2018, num montante que não conseguimos determinar.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Executivo Municipal e a todos os colaboradores da Câmara Municipal de Alvaiázere com quem contactámos pelo contributo que prestaram para o desempenho das nossas funções.

#### **4. PARECER**

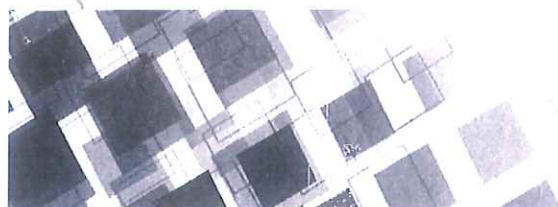
Face ao exposto, atendendo ao referido na Certificação Legal das Contas, sou de opinião que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e os correspondentes Anexos da Câmara Municipal Alvaiázere, referentes ao exercício de 2018, merecem aprovação.

Pombal, 17 de abril de 2019



Sérgio M. S. Gomes



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de Alvaiázere**, que compreendem o balanço em 31/12/2018 (que evidencia um total de 52.221.149 euros e um total de fundos próprios de 34.939.677 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.816.188 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 8.333.891 euros de despesa paga e um total de 7.536.293 euros de receita cobrada, acrescidos de 2.958.591 euros de saldo de gerência anterior, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município de Alvaiázere** em 31/12/2018, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

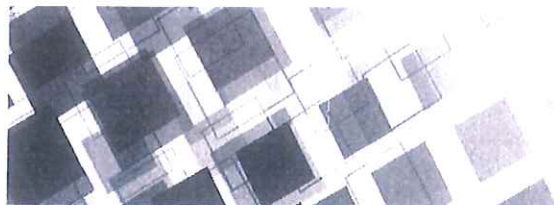
**Ênfases**

Conforme divulgado na nota 8.2.3 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e no ponto 8.3 do Relatório de Gestão, para efeitos de apresentação no balanço deveriam evidenciar-se em separado, de acordo com a sua exigibilidade, a parte da dívida a amortizar até 1 ano e superior a esse período, referente às amortizações de capital dos empréstimos bancários. Assim as dívidas a terceiros de curto prazo estão subavaliadas em 187.650 euros, estando as dívidas de terceiros de médio e longo prazo sobreavaliadas no mesmo montante.

Durante o ano de 2018 foram transferidos das rubricas de imobilizações em curso cerca de 3,9 M€, dos quais 1,9 M€ referentes a *bens do domínio público* e 2,0 M€ de *imobilizações corpóreas*.

As transferências efetuadas tiveram como contrapartida o aumento de algumas rubricas de *imobilizado firme*, tendo daí também resultado um conjunto de acertos relativamente à correção de registos contabilísticos indevidamente efetuados em exercícios anteriores.





Esses acertos tiveram um impacto positivo na rubrica de *Património* no montante de 524.538 euros e um impacto negativo nos resultados do exercício em cerca de 694.000 euros, em resultado de 822.000 euros registados na rubrica de *custos extraordinários* e cerca de 128.000 euros registados na rubrica de *proveitos extraordinários*.

Em resultado do trabalho que se tem realizado pelos serviços de contabilidade na área de *imobilizações em curso*, foram já transferidos de *imobilizações em curso* do período de 2013 a 2018 cerca de 34,8 M€. Em 2012 as *imobilizações em curso* registadas no balanço ascendiam a 25,2 M€, valor que representava 39,2% do valor do Balanço.

Em 2018 esse valor era de 1,9 M€, representando 3,7% do valor do Balanço.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

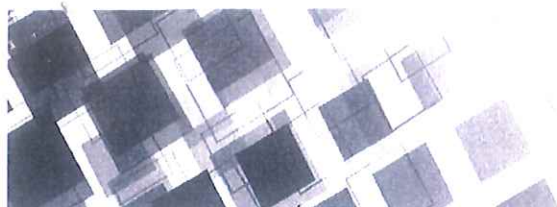
### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;





- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Pombal, 17 de abril de 2019



Sérgio M.S. Gomes

